

APRESENTAÇÃ EMENDAS

00025

DATA 03/06/2008	- 1101000000							
		AFONSO	HAN	1M			Nº PRO	ONTUÁRIO
1 () SUPRESSIVA	2 () SUI	BSTITUTIVA	3 () M	TIPO IODIFICATIVA	4 (x) AE	DITIVA	5 () SUBSTITU	ITIVO GLOBAL
PÁGINA		ARTIG	0	PARÁGRA	AFO		INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se à Medida Provisória nº 433, de 2008, o seguinte dispositivo:

"Art. 2º-A. A Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º As embarcações estrangeiras poderão participar do transporte de mercadorias na navegação de cabotagem e da navegação interior de percurso nacional, bem como da navegação de apoio portuário e da navegação de apoio marítimo, quando afretadas por empresas brasileiras de navegação, observado o disposto nos arts. 9º e 10, ou, ainda, mediante autorização, quando comprovada a inexistência ou indisponibilidade de embarcações operadas por empresas brasileiras de navegação, do tipo e porte adequados ao transporte pretendido, ou quando estas não oferecerem condições de preço e prazo compatíveis com as efetivamente oferecidas por empresas estrangeiras, para o mesmo tipo de transporte ou apoio.

Parágrafo único. O governo brasileiro poderá celebrar acordos internacionais que permitam a participação irrestrita de embarcações estrangeiras nas navegações referidas neste artigo, desde que idêntico privilégio seja conferido à bandeira brasileira nos outros Estados contratantes. (NR)"

ASSINATURA

MAN 4



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA	
	1
	ŀ
	1

DATA 03/06/2008							433/2008			
		AFONSO	HAN	IM			N	PRON	TUÁRIO	
1 () SUPRESSIVA	2 () SUE	STITUTIVA	3 () M	TIPO ODIFICATIVA	4 (x) AD	ITIVA	5 () SUB	STITUTI	VO GLOBAL	
PÁGINA		ARTIG	0	PARÁGR	AFO		INCISO		ALÍNEA	

"Art. 9º O afretamento de embarcação estrangeira por viagem ou por tempo, para operar na navegação interior de percurso nacional ou no transporte de mercadorias na navegação de cabotagem ou nas navegações de apoio portuário e marítimo, depende de autorização do órgão competente e só poderá ocorrer quando:

I - verificada inexistência ou indisponibilidade de embarcação de bandeira brasileira do tipo e porte adequados para o transporte ou apoio pretendido ou, ainda, quando o emprego de embarcação de bandeira brasileira impossibilitar o oferecimento de condições de preço e prazo compatíveis com as efetivamente oferecidas por empresa estrangeira, para o mesmo tipo de transporte ou apoio;

II - quando verificado interesse público, devidamente justificado. (NR)"

Art. 10. Independe de autorização o afretamento de embarcação:

 I - de bandeira brasileira para a navegação de longo curso, interior, interior de percurso internacional, cabotagem, de apoio portuário e de apoio marítimo;

II - estrangeira, quando não aplicáveis as disposições do Decreto-lei nº 666, de 2 de julho de 1969, e suas alterações, para a navegação de longo curso ou interior de percurso internacional;

III - estrangeira a casco nu, com suspensão de bandeira, para a navegação de cabotagem, navegação interior de percurso nacional e navegação de la casco de la casc

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

SSACN

ETIQUETA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS	

DATA 03/06/2008		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA № 433/2008						
	Α	FONSO	HAN	1M			Nº PRON	TUÁRIO
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBS	TITUTIVA	3 () M	TIPO IODIFICATIVA	4 (x) AD	ITIVA	5 () SUBSTITUTI	VO GLOBAL
PÁGINA		ARTIGO		PARÁGR/	AFO		INCISO	ALÍNEA

apoio marítimo ou portuário. (NR)"

JUSTIFICATIVA

A reserva do mercado de transporte aquaviário de cabotagem para empresas brasileiras de navegação, instituído por lei, é resquício do conceito de autosuficiência que dominou as mentalidades durante boa parte do século XX. O interesse de determinados grupos econômicos, confundido com o princípio da soberania nacional, sobrepunha-se ao interesse da maioria da coletividade.

O objeto desta medida provisória, o trigo, é exemplo de como o atual estado de coisas na navegação de cabotagem, a despeito de pretender proteger uma determinada indústria, acaba solapando a competitividade de diversas outras e o próprio bem-estar do cidadão comum. De fato, o trigo que se produz na metade sul do Rio Grande do Sul, embora se equipare com qualquer trigo de qualidade produzido no exterior, tem sua capacidade de competir no mercado interno diminuída pelo elevado valor do frete cobrado pelos monopolistas nacionais, que sequer possuem navios e esquemas gerenciais tão avançados como os de empresas estrangeiras.

Esta emenda, portanto, é, no mínimo, a tentativa de se jogar luz sobre esse inegável problema para a operação do livre mercado no país.

ASSINATURA